

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ADENILSA MARTINS DE SOUSA

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL NO ARQUIVO
PUBLICO DO PIAUÍ E SEUS EFEITOS NA PESQUISA HISTÓRICA**

**TERESINA
2025**

ADENILSA MARTINS DE SOUSA

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL NO ARQUIVO
PUBLICO DO PIAUÍ E SEUS EFEITOS NA PESQUISA HISTÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel
em Biblioteconomia, da Universidade Estadual do
Piauí- UESPI, Campus Poeta Torquato Neto.

Orientadora: Profa. Me. Andreina Alves de Sousa
Virginio.

Aprovado em: 13/01/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ANDREINA ALVES DE SOUSA VIRGINIO

Data: 27/01/2025 17:53:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Me. Andreina Alves de Sousa Virginio (UESPI - Orientadora)

Documento assinado digitalmente



DEBORA ARAUJO MACHADO TEIXEIRA

Data: 28/01/2025 22:36:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Esp. Débora Araujo Machado Teixeira (UESPI - Examinador 1)

Documento assinado digitalmente



FRANCILVANA MARIA SIQUEIRA DE SOUSA

Data: 29/01/2025 18:22:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Esp. Francilvana Maria Siqueira de Sousa (UESPI - Examinador 2)

TERESINA

2025

S725p Sousa, Adenilsa Martins de.

Políticas de preservação e gestão documental no arquivo público do Piauí e seus efeitos na pesquisa histórica / Adenilsa Martins de Sousa. - 2025.

48f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Bacharelado em Biblioteconomia, campus Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2025.

"Orientador: Prof^a. Me. Andreina Alves de Sousa Virgínio".

1. Acervo Histórico. 2. Arquivo Público do Piauí. 3. Gestão Documental. I. Virgínio, Andreina Alves de Sousa . II. Título.

CDD 020

RESUMO

Partindo do pressuposto de que o equipamento “arquivo público” é um repositório importante de registros históricos, documentos oficiais e informações que capturam a essência e a evolução de uma sociedade ao longo do tempo, desempenhando um papel fundamental na preservação da memória coletiva, este estudo, parte da problemática de como possíveis deficiências nas políticas de preservação e gestão documental no Arquivo Público do Piauí podem afetar pesquisas históricas e inviabilizar a recuperação da memória social? Considerando esta questão, o objetivo central da pesquisa é analisar como as políticas de preservação, conservação e gestão documental em um arquivo público impactam desde pesquisas históricas à preservação da memória coletiva, com a perspectiva de preservação de documentos por meios de ações, considerando a tecnologia digital como ferramenta para aumentar o ciclo de vida dos documentos. Neste sentido, a pesquisa pretende discutir a atual conjuntura da gestão documental e das políticas de preservação do acervo histórico do Arquivo Público do Piauí. A análise dos dados partirá da conjunção do material coletado e de um estudo acerca dos parâmetros legais instituídos nas esferas competentes, tais como o Conselho Nacional de Arquivos e a legislação vigente, cujos movimentos apontam para a promoção, a organização, a preservação e o acesso dos documentos de valor permanente, recolhidos dos diversos órgãos e entidades dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Assim, o projeto de pesquisa tem como objetivo, não apenas oferecer a visão do atual cenário e de suas possíveis problemáticas no Arquivo Público do Piauí, mas apontar sugestões para a preservação e gestão eficiente deste equipamento de memória de modo a possibilitar uma melhor qualidade no acesso às fontes disponíveis, contribuindo diretamente na fluidez de pesquisas e dos estudos ali empreendidos, trazendo uma valorização desses acervos como recursos essenciais para o conhecimento histórico. Deste modo, a expectativa é que a pesquisa traga incitação na elaboração de projetos dentro do Arquivo Público do Piauí, enfatizando a educação para preservação, medidas preventivas de conservação e alocação efetiva de recursos para garantir o gerenciamento sustentável das coleções históricas, e consequentemente, melhorando a qualidade dos documentos para uso de pesquisadores e a sociedade em geral, enriquecendo a produção do conhecimento.

=

Palavras-chaves: Acervo Histórico. Arquivo Público do Piauí. Gestão Documental. Preservação.

ABSTRACT

Assuming that the “arquivo público” equipment is an important repository of historical records, official documents and information that capture the essence and evolution of a society over time, playing a fundamental role in the preservation of collective memory, this study starts from the problem of how possible deficiencies in the preservation and document management policies in a Public Archive can affect historical research and make the recovery of social memory unfeasible? Considering this question, the main objective of the research is to analyze how the preservation, conservation and document management policies in a public archive impact historical research and the preservation of collective memory, with the perspective of preserving documents through actions, considering digital technology as a tool to increase the life cycle of documents. In this sense, the research intends to discuss the current situation of document management and preservation policies of the historical collection of the Arquivo Público do Piauí. The analysis of the data will be based on the combination of the collected material and a study of the legal parameters established in the competent spheres, such as the Conselho Nacional de Arquivos and current legislation, whose movements point to the promotion, organization, preservation and access to documents of permanent value, collected from various agencies and entities of the states, the Distrito Federal and municipalities. Thus, the research project aims not only to offer a view of the current scenario and its possible problems in the Arquivo Público do Piauí, but to point out suggestions for the preservation and efficient management of this memory equipment in order to enable better quality in the access to the available sources, contributing directly to the fluidity of research and studies undertaken there, bringing an appreciation of these collections as essential resources for historical knowledge. In this way, the expectation is that the research will encourage the development of projects within the public archive, emphasizing education for preservation, preventive conservation measures and effective allocation of resources to ensure the sustainable management of historical collections, and consequently, improving the quality of documents for use by researchers and society in general, enriching the production of knowledge.

Keywords: historical collection. Arquivo Público do Piauí. document management. preservation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONARQ – Conselho nacional de Arquivos

EMOPPI – Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

POP – Procedimento Operacional Padrão

SABIN – Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional

SEGOV – Secretaria Estadual de Governo

SEI – Sistema Eletrônico de Informação

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Arquivos do poder Executivo	34
Fotografia 2 – Arquivos da Secretaria de Governo.....	35
Fotografia 3 – Arquivos do poder Judiciário	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 ARQUIVO PUBLICO BRASILEIRO	11
2.1 Gestão Documental no Arquivo Público	15
2.2 O Valor do Documento Histórico na Pesquisa	17
2.3 História do Arquivo Público do Piauí	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 Técnicas de Coleta de Dados.....	23
3.1.1 Procedimentos éticos	25
3.1.2 Cronograma	25
3.2 Visita Técnica	26
3.3 Entrevistas	28
3.4 Questionário	28
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
Apêndice A –Questionário Aplicado	
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	
Anexo – Termo de Consentimento	

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto em que a construção da história da sociedade se baseia em pesquisas através de documentos que relatam o passado, torna-se fundamental analisar as políticas de preservação, conservação e gestão desses acervos para compreender como estes documentos estão disponíveis para pesquisas históricas e, sobretudo, como o tratamento técnico atua na manutenção da memória como instância indispensável para a construção identitária da sociedade.

No cenário mundial em que os fatos que compõem a história da sociedade são extraídos de pesquisas, a preservação desses materiais e sua acessibilidade, se tornam fundamental para a disseminação do conhecimento. A este respeito, o art. 1º da Lei nº 8.159/1991, decreta que:

É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Brasil, 1991).

Nos últimos anos o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem intensificado seus esforços como órgão colegiado, suprimindo o Brasil através de atos normativos que disciplinam questões arquivísticas, regulamentando e definindo políticas públicas na gestão, preservação e acesso a esses documentos.

Este órgão é responsável pela edição de decretos regulamentadores da Lei n. 8.159/1991 e de resoluções que tratam de temas diversos relativos à gestão de documentos convencionais e digitais, microfilmagem, digitalização, transferência e recolhimento de documentos de qualquer suporte, classificação, temporalidade e destinação de documentos, acesso aos documentos públicos, capacitação de recursos humanos, terceirização de serviços arquivísticos públicos, entre outros.

Afora os aspectos normativos e regimentais, o CONARQ ainda promove ações importantes, tais como: seminários, oficinas, workshops e cursos, que correspondem aos principais suportes para diversos públicos, em específico pesquisadores, historiadores e estudantes cujos trabalhos necessitam da memória registrada para a construção responsável da história, a partir do resgate dos vestígios e pistas inscritas em documentos custodiados em equipamentos culturais, à exemplo dos arquivos, devolvendo para a sociedade sua própria história, em cujos desdobramentos incidem

não somente a identidade, mas as potencialidades em torno de uma sociedade mais informada e participativa.

Neste sentido, a preocupação com a aplicação das normas arquivísticas no Arquivo Público do Piauí, também conhecido como Casa Anísio Brito, *locus* investigativo desta pesquisa, reflete a importância de assegurar práticas padronizadas que promovam consistência, eficiência e conformidade com vistas para conservação, preservação e acesso aos mais diversos tipos de documentos.

Assim, normas arquivísticas como as Resoluções do CONARQ e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) fornecem diretrizes fundamentais para classificação documental, avaliação, destinação, descrição arquivística, conservação, segurança, capacitação profissional, gestão documental, organização, preservação e acessibilidade de documentos, aspectos que serão observados e analisados no transcurso deste estudo.

Portanto, a ausência das práticas apontadas acima, associadas aos baixos incentivos fiscais, a inadequação estrutural e à falta de capacitação junto aos profissionais atuantes no espaço investigado, constitui-se como o conjunto hipotético de onde parte o problema central desta pesquisa, qual seja: Como possíveis deficiências nas políticas de preservação e gestão documental, podem afetar pesquisas históricas e inviabilizar a recuperação da memória social no arquivo público do Piauí?

Considerando esta questão, o objetivo central deste estudo é analisar as condições de conservação e gestão documental da Casa Anísio Brito e seus impactos junto às pesquisas históricas e a preservação da memória coletiva piauiense.

Assim, a pesquisa pretende descrever as condições atuais do Arquivo Público do Piauí, desde os aspectos ambientais, de armazenamento, de risco, técnico, humano e dos procedimentos de preservação e gestão documental do acervo histórico e, sobretudo, como a perda e a deterioração de documentos e objetos históricos, podem impactar a construção de narrativas sobre eventos e períodos históricos.

Com isso, a relevância deste estudo reside, não apenas em oferecer a visão do atual cenário e das possíveis problemáticas observadas no Arquivo Público do Piauí, mas, sobretudo, apontar sugestões para a operacionalização eficiente deste equipamento, cujo propósito central está na preservação e conservação da memória

social do Estado, de modo a possibilitar uma melhor qualidade no acesso às fontes disponíveis e contribuir diretamente na fluidez de pesquisas e dos estudos ali empreendidos, trazendo uma valorização desses acervos como recursos essenciais para o conhecimento histórico e cultural junto à sociedade piauiense.

A proposta desta investigação, justifica-se, portanto, na essencialidade de um equipamento, em cujos benefícios estão implicando a preservação e conservação de memórias sociais, culturais, econômicas, jurídicas e administrativas do território piauiense, que em conjunto reconstituem eventos passados e resguardam narrativas históricas no entrecruzamento de informações reunidas com objetivo de construir uma compreensão mais completa dos acontecimentos historiográficos, contribuindo desta forma, para uma interpretação mais precisa e detalhada da história resultante dos esforços de estudantes e pesquisadores que veem no espaço arquivístico do estado, *locus* indispensável para suas pesquisas.

Cabe neste momento, apresentarmos as subdivisões seguintes deste trabalho, ficando assim: na segunda seção abordaremos o conceito de arquivo público, suas leis e resoluções, políticas de preservação, gestão documental e pesquisas históricas. Em seguida apresentaremos a metodologia e a instrumentação da coleta de dados para desenvolvimento da abordagem discursiva da pesquisa. Na sequência, descreveremos uma breve história do acervo histórico da Casa Anísio Brito e a proposta de digitalização e indexação de documentos históricos através da biblioteca digital para a população. Na seção subsequente serão analisados os dados coletados do objeto investigado, e discutiremos os resultados obtidos.

Por fim, nas considerações finais, iremos resgatar e analisar os desdobramentos dos objetivos propostos, seguindo os critérios ora estabelecidos a fim de esclarecer a problemática desta pesquisa e apontar possíveis proposições para o equipamento investigado. Após isso, listaremos as referências, que apontam a base teórica que deu suporte para o desenvolvimento desta pesquisa.

2 ARQUIVO PUBLICO BRASILEIRO

Em 2018 os meios de comunicação noticiaram a tragédia que ocorreu no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde um incêndio consumiu quase 90% do seu acervo. Mais de 20 milhões de objetos do acervo foram consumidos pelas chamas, entre eles:

Artefatos arqueológicos raríssimos que despertavam interesse de pesquisadores e cientistas internacionais, como o crânio de Luzia, um dos vestígios de *Homo sapiens* mais antigos já encontrados na América, e o meteorito Angra dos Reis, com idade estimada em 4,5 bilhões de anos, que caiu na baía da Ilha Grande, em 1869, dos quais só sobraram fragmentos, peças e utensílios religiosos de populações extintas, como as pré-colombianas, sarcófagos e múmias egípcias, entre outras tantas raridades, foram irremediavelmente perdidos” (Torres, Livia; et al., 2018).

Essa tragédia expôs a fragilidade das instituições culturais no Brasil, que frequentemente enfrentam problemas estruturais, como falta de recursos financeiros, precariedade na infraestrutura e ausência de políticas eficazes de preservação e segurança. No caso do Museu Nacional, relatórios anteriores ao incêndio já haviam alertado sobre problemas no sistema elétrico e a ausência de um sistema de combate a incêndios adequado.

Neste cenário, destaca-se também o caso do Arquivo Nacional, noticiado pelo site G1.com, que após chuvas intensas em fevereiro de 2023, teve salas inundadas, provocando danos irreparáveis à vários equipamentos e prejudicando, inclusive, documentos históricos, como àqueles ligados aos arquivos da Família Real portuguesa, com mais de 400 anos. Apesar das tentativas de recuperação, especialistas apontam que esses danos são irreversíveis e comprometem a vida útil dos documentos (Alves, 2023).

Essas situações refletem as dificuldades enfrentadas por instituições culturais no Brasil, que sofrem com a falta de investimentos e planejamento preventivo para mitigar riscos ambientais e estruturais. Tais instituições desempenham papel fundamental na divulgação da história do país, de modo que a preservação e conservação de seus acervos devem ser configurados junto aos planos de prioridades governamentais para garantir que documentos e objetos históricos sejam mantidos em boas condições ao longo do tempo.

Como instituição, os arquivos públicos são um repositório inestimável de registros históricos, documentos oficiais e informações que capturam a essência e a

evolução de uma sociedade ao longo do tempo e desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva, fornecendo uma janela para o passado que possibilita a compreensão do presente e orienta as futuras gerações. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) nos traz em sua Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008 o conceito geral de arquivo público:

Parágrafo único. O Arquivo Público deve ser entendido como a instituição do Poder Público com a função de implementar, acompanhar e supervisionar a gestão de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela Administração Pública em seu âmbito de atuação, e de promover a organização, a preservação e o acesso dos documentos de valor permanente ou histórico recolhidos dos diversos órgãos e entidades dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (CONARQ, 2008).

Em consonância o artigo 7º da Lei n. 8.159/1991, também conhecida como Lei de Arquivos, nos apresenta o conceito mais específico a respeito do arquivo público:

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (Brasil, 1991).

Em análise, a importância do arquivo público transcende a mera guarda de documentos, pois apresenta-se, sobretudo, como uma espécie de farol para a compreensão mais profunda e contextualizada da trajetória de uma sociedade.

Para esse propósito, a preservação e conservação de acervos históricos é essencial para garantir que documentos, livros, objetos e outros itens valiosos do nosso patrimônio histórico, cultural e científico permaneçam em boas condições ao longo do tempo. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua preservação como: “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (Arquivo Nacional, 2005, p.135). Deste modo, o objetivo da preservação é prevenir a deterioração e garantir a estabilidade ambiental do documento a longo prazo.

Com relação a conservação, Paes (1997) expõe que; “compreende os cuidados prestados aos documentos e, conseqüentemente, local de sua guarda”. Ou seja, trata-se de ações diretas para conservar o documento e preservá-lo por mais tempo, envolvendo tratamentos específicos como: desinfestação; limpeza; alisamento; restauração ou reparo (Paes, 1997, p.141-142).

Sempre que a preservação e a conservação falhar, existirá uma sensação de valor de perda daquele que é o nosso patrimônio, do que nos faz sentir pertencente, lugar de nossa identidade e memória coletiva. Igualmente, a sensação de falta de referências culturais pode levar a uma importante desconexão da memória social, levando à apatia e descomprometimento com a cidadania (Camargo, 2003, p.12-13). Deste modo, é relevante considerar a necessidade de políticas públicas que assegurem os investimentos necessários a preservação deste patrimônio, seja ele analógico ou digital.

O debate sobre a preservação desses acervos históricos não é apenas acadêmico, mas segundo Cabral, é uma questão administrativa, isto por quê:

Desde o século XX reconhece-se que a preservação de acervos é especificamente uma questão administrativa, englobando funções que visam a alcançar economia e eficácia através de ações e intervenções nas etapas de produção, utilização, conservação e destinação de documentos, para isso exigindo a adoção de medidas especiais em relação à prevenção de danos às coleções (Cabral, 2002, p. 168).

O existir dos arquivos públicos gira em torno de arquivos com importância histórica que foram gerados no decorrer do tempo em determinada sociedade, que especificamente são um conjunto de documentos ou informações armazenadas sistematicamente para referência, pesquisa ou preservação da história. Em conformidade com o artigo 2º da Lei n. 8.159/1991, que nos mostra o conceito de arquivo:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

Já na visão de Marilena Leite Paes, arquivo é uma organização sistemática:

É a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (Paes, 1997, p.16).

O planejamento arquivístico dentro de uma instituição é essencial para a organização, gestão e preservação de documentos. A sua implementação eficaz garante uma classificação e armazenamento que torna o documento mais acessível, seja para o arquivo, seja para o usuário.

Esse plano deve ser uma mistura de exigências legais e demandas institucionais, assegurando que os arquivos desempenhem sua função de preservação da memória, da história e da identidade da organização, ao mesmo tempo em que atendem a normas legais e administrativas (Paes, 1997, p. 36).

Para isto, os aparatos constitucionais destacam a relevância de manter e democratizar o acesso ao patrimônio cultural e documental brasileiro, garantindo que a memória nacional seja salvaguardada e disponibilizada às gerações presentes e futuras. Esta é uma tarefa partilhada entre o Estado e a comunidade, uma vez que a proteção e valorização da memória coletiva são essenciais para valorizar a cidadania e a identidade nacional. A execução de políticas públicas que combinem preservação, gestão e acesso é, portanto, um passo essencial para concretizar os preceitos constitucionais

Conforme descrito na Constituição federal de 1988 em seu Art. 23, e de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (Constituição Federal, 1988).

Seria oportuno destacar inclusive, que a falta de cuidados com os arquivos é crime previsto no art. 62, inciso II, da Lei nº 9.605/1998;

Destruir, inutilizar ou deteriorar:

[...]

II – Arquivo, registro museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial: Pena – Reclusão, de um a três anos, e multa (Brasil, 1998).

O suporte legal para os arquivos é claro e bem definido, porém, na prática, a teoria muitas vezes não é aplicada. A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que trata da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, reafirma os princípios constitucionais e promove o direito à informação, tornando-se, assim, um instrumento crucial para o avanço da política arquivística no Brasil (Brasil, 1991). Este processo é fundamental em qualquer política de arquivo, já que contribui essencialmente para as funções do arquivo, conforme exposto na resolução nº 27, de 16 de junho de 2008:

Pela lei específica de arquivos, referida no caput do art. 1º, a ser editada pelo Poder Público, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deverá ser criado um sistema de arquivos que contemple programa de gestão de documentos de arquivo, o qual poderá englobar uma ou mais esferas dos

Poderes constituídos, tendo o Arquivo Público de seu âmbito como órgão central, integrado ao Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, conforme art. 12 do Decreto Federal nº 4.073, 3 de janeiro de 2002 (CONARQ, 2008).

Neste contexto, a gestão documental que discutiremos na sequência, desempenha papel indispensável, pois envolve, na prática, o gerenciamento de todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo, desde a sua criação, organização, tramitação e uso, até a sua destinação final. Isso garante a eliminação cuidadosa dos documentos e a preservação daqueles que possuem valor informativo, probatório ou histórico.

2.1 Gestão Documental no Arquivo Público

Distinguir o que é histórico ou não, é um trabalho que requer estudo minucioso, pois a interpretação histórica apresenta-se como um processo crítico e complexo, tendo dentre outras fontes, o documento como base para a configuração da história. Isto significa que as fontes históricas não falam por si mesma, elas precisam ser interpretadas, não sob o viés de uma leitura direta ou simplista do conteúdo em que a fonte foi produzida, ou a partir dos interesses ou intenções de quem a produziu. Os documentos, como fontes de pesquisa, necessitam também de condições de acesso e preservação para viabilizar a fluidez junto aos processos investigativos, responsáveis pela manutenção, releituras e ressignificações históricas (Camargo, 2003, p.14).

A Gestão de Documentos, de acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, consiste em um:

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

A mesma lei ainda dispõe que a gestão de documentos é dever do Poder Público e que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral contidas em documentos de arquivos. A gestão de documentos é, neste sentido, elemento central nas políticas de preservação, pois abrange o planejamento e a organização dos documentos desde a sua criação até o destino final.

A este respeito, Rodrigues (2006) enfatiza que a gestão de documentos é uma área de grande importância para assegurar que os documentos sejam classificados, arquivados e acessados de forma eficiente. A autora sustenta que uma gestão eficaz de documentos não se limita-se apenas à organização e armazenamento, mas também à proteção dos documentos ao longo do tempo, incluindo processos de digitalização, recuperação e descarte responsável.

Em muitas instituições no Brasil, a gestão de arquivos enfrenta desafios relacionados à falta de recursos, capacitação inadequada dos profissionais e infraestrutura insuficiente, como apontado por Nogueira (2006). Arquivos públicos, que não conseguem fornecer suporte adequado à pesquisa podem perder relevância enquanto centros de referência histórica. Esses desafios comprometem não apenas a preservação e sua gestão, mas também a eficácia da pesquisa histórica no país.

Existem três fases básicas para a gestão de documentos, Paes (1997) destaca a produção, que “refere-se à elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor” (Paes, 1997, p.54). A autora ainda ressalta a importância da presença do arquivista para compreensão e interpretação dos documentos essenciais para a instituição. A segunda fase é a utilização, que inclui;

Atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação), de expedição, de organização e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, bem como a elaboração de normas de acesso à documentação (empréstimo, consulta) e a recuperação de informações, indispensáveis ao desenvolvimento de funções administrativas, técnicas ou científicas das instituições (Paes, 1997, p.54).

Já a terceira fase, definida pela autora, como destinação, é aquela;

Que se desenvolve mediante a análise e avaliação dos documentos acumulados nos arquivos, com vistas a estabelecer seus prazos de guarda, determinando quais serão objeto de arquivamento permanente e quais deverão ser eliminados por terem perdido seu valor de prova e de informação para a instituição (Paes, 1997, p.54).

Nos arquivos públicos são priorizados a guarda de documentos com valor histórico, logo, as instituições precisam ter um olhar atento as práticas de preservação. Segundo Howard (2001) apud Cabral (2002) alguns questionamentos devem ser feitos para se ter êxito na seleção dos materiais a serem priorizados para preservação permanente.

Algumas questões cruciais devem ser discutidas em relação a administração de informações, entre as quais destacam-se a missão e os objetivos da instituição (arquivo, biblioteca, museu etc.), seja ela pública ou privada e, especialmente questões relacionadas aos usuários, considerando-se que tipo de uso fazem do acervo, o que querem e o que precisam, o que demandam e quais suas expectativas. Perguntas desse tipo é que poderão nortear o tipo de informação/material a selecionar, as formas de apresentar a informação, como mecanismos de busca, escolha de palavras-chave, entre outros (Howard, 2001, apud Cabral, 2002, p. 169).

A missão que os autores mencionam seria a interseção entre o usuário e o documento histórico, que produz um alinhamento aos valores do arquivo, dessa maneira seus objetivos com relação a seleção e organização das informações poderão ser disponibilizados de forma mais eficiente. Neste viés, a seção seguinte apresenta pontuações relevantes sobre o valor do documento na pesquisa.

2.2 O Valor do Documento Histórico na Pesquisa

Os arquivos têm passado por constantes transformações ao longo dos séculos, antes víamos os documentos como “uma pilha de papéis velhos” ou sob perspectiva mais técnica “uma massa documental” atrelada à administração de uma instituição. Contudo, a partir do século XIX, este panorama começou a modificar-se devido, principalmente, ao interesse pela guarda e valorização de documentos históricos. Sobre isto, Paes (1997) faz uma colocação bastante interessante quando nos faz saber que:

Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os documentos administrativos de hoje serão os documentos históricos de amanhã. Mesmo os documentos históricos de hoje podem tornar-se novamente administrativos amanhã, por diversas circunstâncias, devido a sua utilização (Paes, 1997, p.121).

Para realizar a concentração de toda essa documentação de uso não-corrente, ou seja, que não serão mais utilizados pelo seu órgão criador, é necessário todo um trabalho minucioso para que a guarda desses documentos sejam de fácil acesso, conforme a autora esclarece, a função do arquivo permanente em um arquivo público é:

Reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia,

conservar e tornar-se acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se uteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins (Paes, 1997, p.121).

A produção do conhecimento histórico gira, portanto, em torno de documentos preservados e disponíveis para pesquisa nos arquivos. Esta perspectiva é aferida por, Rodrigues (1978) ao afirmar que:

A pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História. Ela deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares, em suma, identificar-se com as técnicas do historiador. A descoberta dos fatos, da documentação, e o seu uso correto constituem a pesquisa (Rodrigues, 1978, p.26).

Assim sendo, é notória a necessidade de se ter documentos disponíveis e acessíveis para reconstruir eventos passados e recriar narrativas históricas. A este respeito, Karnal e Tatsh (2009) nos faz refletir sobre a importância que o documento traz para eventos que aconteceram no passado, nos mostrando uma suposição a respeito das cartas da condessa de Barral, eles destacam que cada registro histórico pode conter detalhes únicos não encontrados em outras referências, desempenhando um papel crucial na ampliação e revisão da nossa percepção sobre determinados acontecimentos ou pessoas históricas. O exemplo das cartas da Condessa de Barral a D. Pedro II exemplifica como novos documentos podem descobrir aspectos desconhecidos ou reinterpretar acontecimentos previamente estabelecidos.

Esse potencial de revelar novos elementos torna os documentos históricos peças essenciais no quebra-cabeça da historiografia, sendo fundamental para a revelação de novos elementos, uma avaliação mais completa e contextualizada (Karnal e Tatsh, 2009, p.23). Podemos imaginar o quanto um documento com informações desconhecidas até então, poderia mudar a forma como pensamos a respeito de determinado evento, esse é o poder do documento histórico, esse é o valor de se encontrar informações através de pesquisas históricas.

2.3 História do Arquivo Público do Piauí

O Arquivo Público do Piauí, também conhecido como Casa Anísio Brito, teve seu início em 09 de julho de 1909, por meio da Lei nº 533 de 1909, promulgada no governo do Senhor Anísio Auto de Abreu. Inicialmente, segundo a 1ª edição do guia do Arquivo Público do Piauí (2008), o acervo veio a ser formado por documentos oriundos dos séculos XVIII e XIX, composto pela documentação advinda da Secretaria de Governo do estado. Contudo, em meados do século XX, os arquivos permanentes dos Poderes Judiciário e Legislativo passaram também a compor o seu acervo, acrescidos a estes periódicos, fotografias e livros.

Durante muito tempo, o arquivo, a biblioteca e o Museu dividiram, sob a mesma administração, o prédio com arquitetura clássica, localizado hoje no centro histórico da capital Teresina, passando a funcionar com exclusividade o arquivo público, neste mesmo endereço somente a partir de 1980. A instituição conquistou, através de mudanças estruturais e humanas, principalmente durante o processo de modernização que se iniciou na década de 80, uma melhor organização do seu acervo, como também adequações nas suas instalações físicas.

O acervo do arquivo é composto de documentos históricos e intermediários que abrangem o período colonial, imperial e republicano, além disso, inclui uma hemeroteca, uma fototeca, biblioteca de apoio e os registros sonoros e visuais. Em seus arquivos permanentes destacam-se cerca de 264,96 metros lineares de documentos armazenados em caixas arquivo e aproximadamente 8,40 metros lineares de códices disposto verticalmente no fundo do poder Executivo.

No fundo do Poder Legislativo o acervo compreende cerca de 115 metros lineares de documentos em caixas arquivo, média de 2,75 metros lineares de códices na vertical e 6,50 metros lineares de códices na horizontal. Já no fundo do poder Judiciário há aproximadamente cerca de 242,88 metros lineares de caixas arquivo, média de 2,70 metros lineares de códices na vertical e média de 26,40 metros lineares de códices na horizontal. Seus arquivos intermediários são constituídos por documentos provenientes da Vice-Governadoria, Fundação Cultural, Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí (EMOPPI), Tribunal de Contas e das Secretarias de Governo, Obras, Saúde, Administração e Cultura.

Dessa maneira, o arquivo público piauiense transformou-se em uma instituição com grande prestígio para o estado e consequentemente para o país, em especial,

pelo reconhecido papel na luta pela preservação e divulgação do patrimônio histórico documental do Piauí.

Com a chegada da internet na década de 90 e suas atualizações tecnológicas, várias instituições vêm se adaptando a esse novo modelo de lidar com a informação, e não poderia ser diferente com o arquivo público do Piauí, conhecido como o guardião do acervo documental da região e consultado por pesquisadores e historiadores, constitui, sem dúvida um espaço de memória privilegiado para a construção da história nacional. Com seus arquivos permanentes, considerados como fontes primárias, ou seja, registros contemporâneos dos eventos ocorridos nos séculos passados, eles oferecem uma visão direta e autêntica da história da região, não interpretada ou filtrada por terceiros.

Essas fontes são valorizadas pelos historiadores e pesquisadores porque fornecem evidências confiáveis e fundamentam suas análises, mas ao mesmo tempo, vem enfrentando desafios financeiros no seu processo de digitalização, para a continuidade do projeto manuscrito como garantia de durabilidade dos documentos históricos e autenticidade das informações para sua conservação.

A digitalização do acervo histórico no Piauí tem sido uma preocupação crescente nas últimas décadas. Assim como outros estados brasileiros, o processo de digitalização no arquivo começou a se intensificar nos últimos anos, com o interesse de pesquisadores e estudantes preocupados com as raízes do estado e a conscientização sobre a importância de preservar e tornar acessível o acervo histórico.

O Arquivo Público Estadual do Piauí tem se destacado nesse sentido, buscando digitalizar seus documentos e torná-los disponíveis online. Possuindo um acervo vasto, composto por documentos históricos, como registros civis, documentos administrativos, fotografias, mapas, jornais, entre outros. A digitalização desses materiais tem como objetivo facilitar o acesso à informação, permitindo que pesquisadores, estudantes e a população em geral possam consultar e estudar esses documentos sem a necessidade de deslocamento até o local físico de armazenamento (Andrade, 2022).

Esta ação de digitalização do acervo também tem sido impulsionada por parcerias entre instituições governamentais, universidades e iniciativas privadas. Por exemplo, o projeto de digitalização de documentos históricos do Piauí, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Piauí, que busca promover a

digitalização de documentos históricos de diferentes municípios do estado, através do projeto Manuscrito (Andrade, 2022).

Atualmente, o Arquivo Público é guardião do maior acervo documental do Estado do Piauí, consultado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, constitui, sem de dúvida um espaço de memória privilegiado para a construção da História Nacional, sendo subordinado à Secretaria Estadual de Governo (SEGOV), responsável por sua gestão administrativa e suporte financeiro. O arquivo conta com 29 servidores, em sua grande maioria composto por colaboradores com mais de 50 anos de experiência.

A Casa Anísio Brito promove visitas guiadas para universidades, escolas técnicas, ensino fundamental e médio, como também excursões. Além disso, oferece serviços de emissão de certidões, orientação à pesquisa, assistência técnica e assessoria aos arquivos das Secretarias Estaduais e Municipais, divulgação do acervo através de exposições, palestras e Seminários. Seu horário de atendimento fica disponível de segunda a sexta-feira de 8 às 13h, com agendamento prévio através do e-mail: arquivopublico@segov.pi.gov.br.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi adotado uma abordagem metodológica descritiva e qualitativa, a partir do estudo de caso do Arquivo Público do Estado, que de acordo com Fonseca, (2002):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador” (Fonseca, 2002, p. 33).

Com relação a abordagem qualitativa, o foco é entender como as coisas realmente acontecem, explorando suas nuances e contextos, sem a necessidade de se preocupar tanto com números ou quantificações, que segundo Gil (2002):

Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (Gil, 2002, p.42).

Já na abordagem qualitativa, a análise dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais para o estudo. Não é preciso recorrer a métodos estatísticos. Os dados são obtidos diretamente do ambiente natural, e o pesquisador desempenha um papel crucial nesse processo, desse modo, Silva e Meneses (2005) argumentam que:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (Silva e Meneses, 2005, p. 20).

Assim, a operacionalização investigativa centrou-se na descrição das condições atuais do Arquivo Público do Piauí, incluindo os aspectos ambientais, de conservação e preservação, de armazenamento, de risco, técnico, humano, legal e da gestão adotada no circuito organizacional deste equipamento cultural, discutindo

como estes aspectos influenciam as pesquisas históricas e a conservação da memória coletiva, como fontes materiais e imateriais da história piauiense.

Para além da ação descritiva pontuada acima, empreendida no âmbito gerencial e estrutural, o estudo também discute como a perda e a deterioração de documentos e objetos históricos criam lacunas na construção de narrativas sobre eventos e períodos históricos.

Para tanto, a análise da perspectiva de historiadores em relação às possibilidades de investigação histórica e suas implicações junto a acervo, ao ambiente e ao atendimento oferecidos pelo Arquivo Público, também foram examinadas com objetivo de averiguar como a estrutura do arquivo colabora ou limita os estudos ali desenvolvidos.

Deste cenário, analisado sob o viés global, partem algumas proposições para a preservação, conservação e gestão de arquivos como parâmetros para a valorização e revitalização do arquivo público do Estado. Com isso, adotamos os seguintes instrumentos operativos para esta pesquisa. Foram estes: entrevista, questionário e observação sistemática.

3.1 Técnicas de Coleta de Dados

Conforme Lakatos e Marconi (2003) aborda como técnica de coleta de dados na pesquisa social, a entrevista é:

Um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Lakatos; Marconi, 2003, p.195).

Quanto à observação sistemática, também conhecida como estruturada ou controlada, utiliza ferramentas específicas para coletar dados em condições controladas e com objetivos definidos. Apesar disso, seus padrões devem ser flexíveis, pois as situações e os objetivos da pesquisa podem variar. É essencial que seja cuidadosamente planejado e organizado (Lakatos e Marconi, 2003, p.193). Já o instrumento questionário é descrito como:

Instrumento de pesquisa constituído por uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa, cujas

respostas dadas pelo elemento ou pelo pesquisador sem assistência direta ou orientação do investigador (Fonseca, 2002, p. 58).

A partir das definições descritas acima, cabe pontuar como foi realizada a aplicação de cada instrumento de coleta:

- a) entrevista: optou-se por perguntas semiestruturadas, com questões abertas que garantiram respostas mais detalhadas sobre questões como condições do local e dos documentos e a natureza das políticas de preservação adotadas (apêndice A). A entrevista foi gravada, com consentimento do participante, tendo como objetivo a posterior transcrição e análise das informações coletadas. As perguntas exploraram a percepção do participante sobre práticas de preservação, desafios enfrentados e os impactos na gestão documental na Casa Anísio Brito. Foi entrevistada uma pessoa, ligada diretamente aos processos de gestão do referido arquivo. A entrevista durou em torno de 35 minutos. Vale apontar algumas dificuldades ao longo do processo, em que durante a entrevista, em diversas ocasiões, as respostas foram evasivas ou adotava uma postura de proteção, evitando expor críticas ou fornecer informações mais detalhadas. Essa postura pode estar relacionada a um contexto sociopolítico marcado por relações de dependência. Tal cenário, parece influenciar a disposição do entrevistado em discutir de forma aberta e crítica, questões sensíveis, o que limitou a obtenção de dados mais profundos e críticos, necessários para uma análise mais abrangente do tema investigado;
- b) questionário: instrumento utilizado para coletar informações mais específicas sobre o perfil dos usuários do Arquivo Público do Piauí, incluindo pesquisadores e historiadores, com o foco na coleta de dados sobre a utilização e eficácia dos serviços oferecidos pelo arquivo e de como tais serviços impactam na qualidade dos documentos pesquisados. O questionário (apêndice B) contou com 12 (doze) perguntas fechadas e abertas, para avaliar a percepção do ambiente de pesquisa, conservação e acessibilidade dos documentos. Os dados dos questionários foram analisados qualitativamente com amostras

descritivas, fornecendo uma visão geral da compreensão dos participantes a respeito da conservação do acervo, complementando as informações qualitativas. O questionário foi aplicado de forma online, através do *google forms*. Ao todo, cinco pessoas participaram respondendo ao questionário. Os principais entraves nesta fase da pesquisa foram encontrar usuários ativos do Arquivo Público do Piauí;

- c) observação sistemática: usada para analisar as condições de preservação e gestão documental dentro do arquivo. Para tanto, foram realizadas duas visitas (2023 e 2024) ao local, com tempo médio de 1 a 2 horas, cujo objetivo principal foi observar os processos de armazenamento, manuseio de documentos, condições e estrutura do local, manipulação e preservação dos documentos, bem como a interação dos pesquisadores com o acervo. As observações foram feitas a partir de uma proposição qualitativa, de modo a identificar padrões e desafios operacionais relativos à preservação dos documentos, abrangendo, por exemplo, condições físicas e protocolos de segurança.

3.1.1 Procedimentos éticos

A participação colaborativa do conjunto de sujeitos envolvidos nesta pesquisa ocorreu de modo voluntário, todos foram informados sobre os objetivos da pesquisa e foi garantido a confidencialidade das informações obtidas, com o anonimato dos participantes.

3.1.2 Cronograma

A pesquisa foi conduzida ao longo de um período de 5 meses, de agosto à dezembro de 2024, com as seguintes etapas principais:

- a) Planejamento e preparação: 1 mês;
- b) Coleta de dados (entrevista, questionários, observações): 2 meses;
- c) Análise de dados: 1 mês;
- d) Elaboração do relatório final: 1 mês.

A metodologia apresentada ofereceu uma abordagem consistente para compreender as condições de preservação e gestão documental do Arquivo Público do Piauí, proporcionando exame das deficiências reais que afetam não só as condições de preservação e conservação, mas dos impactos em torno dos desdobramentos de pesquisas históricas que partem do contexto arquivístico local, afetando, inclusive, a preservação da memória coletiva do Estado. Por meio da combinação de abordagens qualitativas, como entrevistas, questionários e observação sistemática, a pesquisa ofereceu insights relevantes e caminhos para a proposição de sugestões que visam o aprimoramento da gestão e da conservação do patrimônio documental no Arquivo Público do Piauí.

3.2 Visita Técnica

A visita técnica realizada no arquivo público do Piauí, teve como principal objetivo observar e descrever os aspectos ambientais, de conservação e preservação, de armazenamento, de risco, técnico, humano, legal e de gestão dos documentos. A visita foi guiada pelo funcionário da casa, onde no primeiro momento foi observado a estrutura do prédio, que é dividido em duas partes:

- a) térreo: recepção, salas das secretárias de governo dos municípios, oficina de encadernação e pequenos reparos;
- b) 1º andar: salas do poder executivo, legislativo e judiciário, biblioteca, hemeroteca, fototeca, laboratório de digitalização e sala de estudo/pesquisa.

A oficina de encadernação e pequenos reparos que se encontram no térreo, fica incumbida da tarefa de encadernamento e pequenos reparos em capas de obras que por lá chegam. Os arquivos que ficam dispostos no térreo, trata-se de arquivos intermediários, que ficam distribuídos em salas dos setores da Secretaria de Governo, Secretaria de Administração, Secretaria de Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Obras, Secretaria do Trabalho, Secretaria da Saúde, Fundação Cultural, EMOPPI, Tribunal de Contas e Vice-Governadoria, estão classificadas por ordem alfabética e cronológica e em subclasse de assuntos.

A visita seguiu com a apresentação das salas dos poderes legislativo, executivo e judiciário nas quais observou-se que a dinâmica de classificação ocorre por tempo cronológico e por ordem alfabética também, inseridas em pastas gerais de onde observa-se a existência de subclasses que determinam o assunto a ser abordado.

A biblioteca da instituição possui um acervo de aproximadamente 2000 títulos, composta por obras de temática relativa ao Piauí, essas obras estão disponíveis em estantes de design de época e classificados pelo sistema de cores. O sistema utilizado para catalogação do acervo é o Biblivre, software livre e gratuito, criado pela Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin) A fototeca, espaço destinado aos arquivos fotográficos, está fechada para visitação e passa por um processo de reorganização, higienização e digitalização. Já a hemeroteca encontramos um grande acervo de jornais devidamente classificados por meses e ano de publicação, bem como uma gama de revistas de cunho científico de época, assim como trabalhos em fitas cassete e microfilmes.

Na sala de digitalização, conseguimos observar o processo mais importante para o armazenamento, compartilhamento e recuperação da informação histórica na contemporaneidade o processo de conversão de arquivos físicos em formato digital. No momento estão sendo digitalizados documentos através do projeto manuscrito, que visa digitalizar, à priori, documentos históricos que apresentam dificuldades no manuseio. A sala onde este processo ocorre está equipada com *scanner* e mesa suporte para acondicionamento dos documentos. Para o processo de indexação das imagens, usa-se o sistema SOFHIA.

A sala de pesquisa que recebe em média 20 (vinte) pessoas diariamente. O público que frequenta o espaço é, em sua grande maioria, pesquisadores e historiadores que buscam no acervo arquivístico, documentos necessários para composição de suas pesquisas.

Dentre os diversos serviços oferecidos pelo Arquivo Público do Piauí existe também a emissão de certidões, assistência técnica e assessoria aos arquivos das Secretarias Estaduais e Municipais, divulgação do acervo através de exposições, palestras e Seminários.

3.3 Entrevistas

O objetivo da entrevista foi analisar a percepção do participante sobre práticas de preservação, desafios enfrentados e os impactos na gestão documental no arquivo público. A entrevista foi realizada no Arquivo Público do Piauí, localizada na rua Coelho Rodrigues, nº 1016, centro, Teresina PI, em 09 de dezembro de 2024. Com duração de 35 minutos. Entrevista semiestruturada, com um roteiro de nove perguntas abertas sobre as atribuições e desafios enfrentados na Casa Anísio Brito.

Durante a entrevista, o entrevistado destacou que o arquivo é vivo e cumpre a lei de acesso à informação e o acervo está sempre disponível de acordo com as condições do documento. Ele relatou que todos os servidores e sua gestão são guardiões do arquivo público do Piauí e preservam ao máximo o acervo histórico. No entanto, o entrevistado menciona que alguns desafios estão presentes em sua gestão, como a falta de infraestrutura adequada na instituição e a necessidade de um laboratório de restauração/conservação.

As informações revelam que as solicitações referentes ao arquivo são realizadas através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) à medida que as demandas vão surgindo, como por exemplo: materiais para oficina de encadernação, água, papéis ofícios, materiais de uso em oficinas e eventos, manutenção predial etc. Ou seja, não há condições financeiras e reais para que o arquivo funcione com todas as suas potencialidades.

Além das dificuldades financeiras já citadas, há outros fatores que acentuam os desafios enfrentados pelo arquivo. A falta de um orçamento fixo destinado à manutenção regular afeta não apenas as atividades de rotina, mas também o planejamento estratégico de médio e longo prazo. Essa condição impede investimentos necessários para modernização, como a aquisição de equipamentos especializados para digitalização e preservação, ou a implementação de tecnologias que garantam a acessibilidade e democratização do acervo. Outro desafio crítico é a escassez de recursos humanos especializados.

3.4 Questionário

O questionário foi aplicado para uma amostra de 05 (cinco) historiadores/pesquisadores de forma *online*, por meio do *google forms*. A formulação

do documento investigativo contou com perguntas fechadas e abertas, tendo por objetivo analisar a percepção do ambiente de pesquisa, conservação, à acessibilidade dos documentos e sua eficácia nas pesquisas e atendimento ao público.

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos pesquisadores/historiadores (80%) estão satisfeitos com a qualidade do serviço de atendimento prestado pelo arquivo, como também a acessibilidade dos documentos no acervo. No entanto, (100%) dos pesquisados demonstraram insatisfação com a estrutura da Casa Anísio Brito, e as condições do espaço e de conservação dos documentos para pesquisa. Esses resultados confirmam a hipótese desta pesquisa ao evidenciar o quanto as condições estruturais e técnicas podem impactar, de maneira significativa, os resultados de pesquisas, cuja principal fonte está comprometida em sua condição de preservação e conservação.

De acordo com um dos pesquisadores, quando lhe foi questionado sobre o que poderia ser melhorado no arquivo público para facilitar sua pesquisa, o pesquisador sugere que uma “reforma na infraestrutura do prédio, novos ar-condicionado e um programa de digitalização para arquivos que foram empacotados por não estarem mais disponíveis para o manuseio, seria essencial”. Questionados à respeito do impacto da digitalização de documentos históricos em suas pesquisas, eles afirmam que:

“É necessário a digitalização de documentos, porque muitos são raros e estão deteriorados com o tempo e é difícil de manusear. A digitalização é uma forma de conservar esses arquivos que possivelmente não estarão mais disponíveis para o manuseio” (p1, 2024).

“A facilidade de acesso reduz muito o tempo necessário para a realização da pesquisa” (p2, 2024).

Por este panorama, vemos o quanto é necessário investir em projetos que viabilizem interação mais efetiva entre os pesquisadores e o acervo histórico deste arquivo, visto que o mesmo atua como guarda permanente dos documentos da história política, geográfica e científica do estado. Contudo, as condições atuais revelam desafios significativos relacionados aos aspectos ambientais que comprometem a preservação desse acervo de inestimável valor.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa revelou que há uma visão positiva quanto a evolução do arquivo público piauiense e ressaltou-se a intenção de projetos para a reforma do prédio no ano de 2025, que na ocasião será desocupado, seguindo procedimentos de segurança para a estruturação das novas instalações. Por esta razão, a digitalização dos documentos segue de modo intenso para garantir proteção e o resguardo da maior parte do acervo físico.

Porém, apesar da conscientização por parte da gestão do arquivo, as condições financeiras expostas através da pesquisa, são fatores limitantes para o processo de melhoria do referido equipamento cultural. De acordo com os dados da entrevista, a Casa Anísio Brito é, atualmente, subordinado à Secretaria Estadual de Governo que não oferece a garantia de recurso mensal e nem tampouco anual para a manutenção mínima do espaço arquivístico.

A deficiência de profissionais na área arquivística observados no órgão público, não apenas afeta a qualidade das intervenções realizadas, mas também sobrecarrega os poucos funcionários disponíveis, gerando risco de erros e atrasos nas demandas. O prédio da casa Anísio Brito também é um aspecto sensível, devido a espaços inadequados para a conservação de documentos, como áreas com controle ambiental insatisfatório (temperatura, umidade e iluminação), favorecem o desgaste acelerado dos materiais. Além disso, a falta de recursos para manutenção predial e de mobiliário apropriado (como estantes e arquivos deslizantes) pode resultar na deterioração do acervo e até mesmo na perda irreversível de documentos históricos.

Com relação ao quadro de pessoal, a instituição não possui profissionais formados na área arquivística ou técnicos especializados, mas contam com servidores antigos com mais de 50 anos de casa, capacitados, de acordo com as informações coletadas, para gerir as funções no arquivo. Os relatos dos usuários em relação à estrutura do espaço arquivístico e, conseqüentemente, às lacunas ali observadas, apontam a necessidade de um espaço adequado, preparado tecnicamente e devidamente equiparado, como garantia mínima para o acesso a documentos históricos, tendo na digitalização o caminho mais promissor para

preservação de documentos históricos como forma de guarda da memória social do estado.

Diante do que foi observado, é relevante ressaltar que, segundo o Guia de Políticas de Segurança de Acervos (2006), elaborado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com o Museu Villa-Lobos, a preservação de documentos em suporte papel exige a adoção de medidas preventivas rigorosas. Essas incluem o controle ambiental (temperatura, umidade, luz e poluentes), o monitoramento constante das condições físicas do acervo e a adequação das instalações físicas para minimizar riscos (Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Villa-Lobos, 2006).

Conforme o autor abaixo, o ambiente influencia no ciclo de vida do documento histórico, considerando que:

No tocante ao recolhimento dos documentos produzidos pela administração pública, a atuação dos arquivos públicos tem-se caracterizado, de maneira geral, pela passividade. Deficiências quantitativas e qualitativas de recursos humanos, limitações de espaço físico, instalações físicas impróprias e a ausência de tecnologias adequadas favorecem este quadro (Jardim, 1995, p. 74).

Portanto, é indispensável que reformas sejam realizadas com urgência para assegurar a proteção do acervo e garantir que a Casa Anísio Brito continue cumprindo seu papel como lugar de memória social e histórica do Estado.

Partindo dessa narrativa, expomos a ausência de um laboratório de restauração no Arquivo Público do Piauí, sendo uma questão crítica para a preservação dos documentos históricos. Mas, de acordo com as informações coletadas, já houve solicitação de um laboratório de restauração voltado para atividades de conservação, higienização, restauro e acondicionamento de todo material, que por ação do tempo e do manuseio, necessita passar por procedimentos de manutenção/intervenção para garantir sua originalidade e estética.

Diante disso, sugere-se algumas medidas a serem adotadas para minimizar a deterioração e a perda de documentos, mesmo sem um laboratório especializado. De acordo com o guia de Políticas de Segurança de Acervos (2006) são necessárias condições básicas para conservação de um acervo, como:

- a) proteger o ambiente contraluz solar direta e limitar a exposição a luzes artificiais, que podem acelerar o desgaste;

- b) inspecionar regularmente o acervo para detectar sinais de insetos e roedores;
- c) adotar medidas de controle com produtos não agressivos aos documentos;
- d) identificar documentos em estado crítico e armazená-los em locais mais protegidos, com acesso restrito, utilizando caixas, pastas e envelopes de materiais livres de ácido para guardar os documentos. Isto implica o acondicionamento adequado;
- e) separar documentos frágeis ou em estado avançado de deterioração para evitar que contaminem outros;
- f) buscar apoio de instituições que possuem laboratórios de restauração para o envio de documentos prioritários capacitação de equipes e;
- g) oferecer treinamentos básicos para os funcionários sobre técnicas de conservação preventiva, como manuseio correto de documentos e higienização simples.

A Resolução nº 27 de 16 de junho de 2008, art. 2º afirma, no seu parágrafo II que o arquivo público deve ser um espaço adequado para preservar documentos históricos.

Art. II - Infraestrutura física, material e tecnológica adequadas para a guarda, armazenamento e preservação de documentos de acordo com as normas e legislação em vigor (Brasil, 2008).

Os resultados obtidos sugerem também, que é indispensável o uso de uma ferramenta que democratize o acesso à informação, sendo fundamental aplicar a descrição e identificação correta dos documentos no momento da sua classificação e catalogação a fim de abarcar uma maior rastreabilidade, melhorando a recuperação e o uso de informações por pesquisadores e gestores. Como afirma a Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008, art. 6º parágrafo I, é essencial a aplicação de:

I - Mecanismos para a elaboração e aplicação de plano de classificação de documentos para as atividades-meio, em consonância com as diretrizes do CONARQ e determinação para a concepção de um plano de classificação relativo às atividades finalísticas dos órgãos e entidades de seu âmbito de atuação (Brasil, 2008).

Pensando em facilitar esse processo, o CONARQ criou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) sua aplicação é essencial para a gestão e a

preservação da memória histórica e seu objetivo é padronizar e descrever documentos arquivísticos, facilitando o acesso e intercâmbio entre instituições históricas, trazendo uma hierarquia organizacional. Seus níveis foram organizados hierarquicamente, são considerados seis principais níveis de descrição, conforme descritos abaixo:

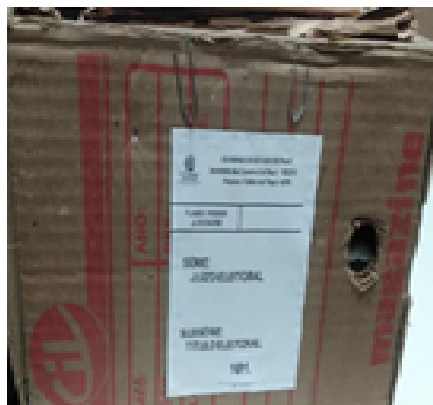
Nível 0 = acervo da entidade custodiadora; nível 1 = fundo ou coleção; nível 2 = seção; nível 3 = série; nível 4 = dossiê ou processo; nível 5 = item documental. São admitidos níveis intermediários, representados da seguinte maneira: acervo da subunidade custodiadora = nível 0,5; subseção = nível 2,5; subsérie = nível 3,5 (Nobrade, 2006, p.27).

A norma também estabelece 28 elementos, onde 07 são obrigatórios para detalhar os documentos dependendo do nível de descrição, como descrito:

Código de referência; Título; Data(s); Nível de descrição; Dimensão e suporte; Nome(s) do(s) produtor(es); Condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1) (Nobrade, 2006, p.19).

Para isto, analisando as fotografias abaixo, fica evidente a falta de padronização no processo de organização do acervo permanente da Casa Anísio Brito. Ao olhar para as fotografias, percebemos que não existe uma descrição clara na catalogação e na classificação dos materiais. Isso evidencia a ausência de profissionais tecnicamente especializados, especialmente quando comparado com os critérios definidos pela NOBRADE. A Fotografia 1 apresenta arquivos do Poder Judiciário, a Fotografia 2 os arquivos da Secretária de Governo e a Fotografia 3 arquivos do Poder Legislativo:

Fotografia 1 - Arquivos do Poder Judiciário



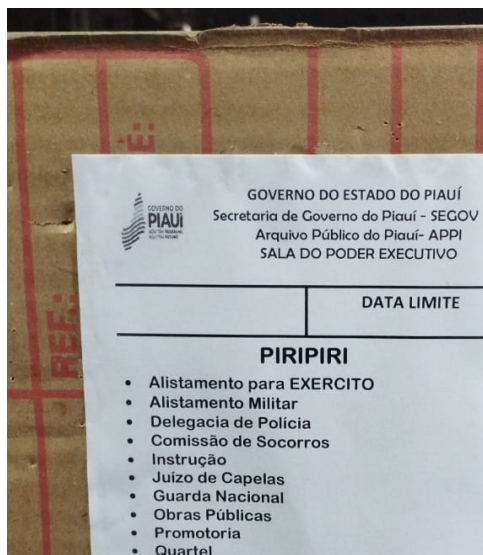
Fonte: autoria própria (2023)

Fotografia 2 - Arquivos do Poder Legislativo



Fonte: autoria propria (2023)

Fotografia 3 - Arquivos do Poder Legislativo



Fonte: autoria propria (2023)

Como observado o uso de métodos simples não é suficiente para o gerenciamento técnico e operacional dos documentos que formam um arquivo público, sobre isto, Paes (1997) afirma que as desvantagens dos métodos básicos podem gerar erros de arquivamento, retrabalhos, duplicidades de assuntos e pesquisas. Dessa forma, ressaltamos a importância do profissional arquivista dentro do arquivo público do Piauí para aplicar as normas de forma eficiente.

Resultado dessas falhas que foram expostas, dá-se pela ausência de um profissional arquivista, o que é preocupante, considerando que a qualificação técnica dos servidores é crucial para a implementação de sistemas de gestão de arquivos eficientes. A presença de arquivistas deve ser voltada para as especificidades da

gestão documental pública, abordando aspectos como a organização arquivística, a preservação de documentos e o uso de tecnologias da informação para facilitar o acesso e a transparência. Neste sentido o arquivista é o:

Profissional de nível superior, graduado em Arquivologia, que possui a formação adequada para exercer diversas funções em diferentes contextos do fluxo informacional, ligadas à gestão, ao tratamento técnico dos documentos, qualquer que seja a natureza, o formato ou suporte material, em todas as fases de seu ciclo vital. Cabe ao arquivista desenvolver uma administração eficaz e eficiente do patrimônio documental informacional da instituição (CONARQ, 2014, p.50).

Além dos arquivistas, o arquivo público estadual deve incluir profissionais de outras áreas, como administradores, conservadores e historiadores, com o objetivo de atender às diversas funções e projetos do setor arquivístico, promovendo assim a troca de conhecimentos e a interdisciplinaridade (CONARQ, 2014, p.50). Desta forma é indispensável que os arquivos públicos contem com sistemas atualizados e uma equipe profissional qualificada, para garantir a preservação da memória institucional e o cumprimento das normas arquivísticas e legais.

A casa Anísio Brito tem feito progresso importante na digitalização de seu acervo, mas ainda enfrenta desafios financeiros para disponibilizar o acesso a esse acervo digital, visto que a casa, hoje, é subordinada à Secretaria de Governo do Estado do Piauí (SEGOV), se tornando um pouco limitado nas suas funções, pois reprime a ampliação do conhecimento através de uma gestão menos comprometida com o usuário.

Rodrigues (2006) traz uma reflexão importante sobre esta questão, em específico, para a forma como os arquivos ainda são tratados dentro da administração pública. De acordo com o autor, os equipamentos arquivísticos não são vistos como órgãos essenciais para a gestão, o que é um equívoco, pois isso impede a aplicação eficaz de políticas de arquivamento e sobretudo, impacta na autonomia das ações e iniciativas dos arquivos, cuja organicidade é pautada em leis e regulamentos próprios.

Sousa (1995) argumenta que essa subordinação a outras estruturas hierárquicas cria obstáculos significativos, tornando impossível que os arquivos desempenhem, adequadamente, seu papel de organizar e garantir o acesso eficiente aos documentos públicos.

Esses desafios são ampliados quando se trata de processos como a digitalização de documentos, que é crucial para a preservação e o acesso rápido à informação histórica. A digitalização é um processo complexo que exige tempo e cuidado, pois não trata-se apenas de transformar os documentos em formato digital, mas também de catalogá-los e indexá-los de maneira eficaz. Essas atividades de organização das informações arquivísticas são essenciais para garantir que, mesmo digitalizados, os documentos possam ser facilmente acessados e consultados no futuro.

Além disso, a falta de recursos, tanto financeiros quanto humanos, com ausência de pessoal qualificado, é um fator importante que contribui para a morosidade desse processo. Muitas vezes, a escassez de financiamento e a falta de treinamento especializado dificultam a implementação de uma política de arquivos eficiente, como apontado por Sousa (1995). Apesar disso, o avanço gradual na digitalização e nas melhorias estruturais do Arquivo Público do Piauí indica que, mesmo com os desafios, há um esforço contínuo, porém deficitário, para modernizar a gestão dos documentos e preservar a memória histórica de forma mais acessível e segura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Público do Piauí tem um papel fundamental em garantir que as pessoas tenham acesso à informação. Isso é crucial para a transparência e a cidadania, ajudando a preservar a identidade local e valorizando o patrimônio histórico do estado. Contudo, para que o arquivo possa cumprir essas funções de forma eficiente, é importante que ele tenha uma infraestrutura adequada, profissionais capacitados e os recursos necessários para garantir tanto a conservação quanto o acesso aos documentos.

Desta forma, este estudo demonstrou que a estrutura física do arquivo público do Piauí, a insuficiência de medidas preventivas, a inexistência de sistemas eficazes de catalogação/indexação, a ausência de um profissional arquivista e a carência de um laboratório de restauração/conservação tem prejudicado, em níveis variados, as pesquisas históricas no Piauí e inviabilizado a recuperação da memória social.

Logo, a insatisfação de usuários da Casa Anísio Brito, transcende os aspectos físicos das instalações. É reflexo de uma série de problemas estruturais e de gestão que impactam diretamente a preservação da memória coletiva e o acesso à informação. O Arquivo Público do Piauí, assim como muitos outros no Brasil, sofre com a negligência do poder público, e isso gera inquietação em todos que reconhecem o valor inestimável destes espaços como “lugares de memória”, tal qual pontua Pierre Nora (1993). Essa indiferença resulta em um ciclo contínuo de perda irreparável de registros que formam a base da identidade cultural e social do estado.

A lentidão no reconhecimento e na execução de políticas públicas adequadas para o cuidado com o arquivo é um problema crônico, reflexo da ausência de profissionais especializados, como arquivistas, historiadores e técnicos em conservação que prejudica a normalização e classificação dos documentos. Sem organização adequada, o acesso ao acervo torna-se um desafio, frustrando pesquisadores e dificultando o uso pleno do material.

Em suma, é importante ressaltar que o cenário descrito revela avanços promissores, mas também aponta para a necessidade de um esforço conjunto e contínuo entre administração, poder público e sociedade, para superar os desafios e garantir que a Casa Anísio Brito cumpra plenamente seu papel histórico e cultural. É urgente que a sociedade e o poder público unam esforços para resgatar e valorizar

esse espaço como parte fundamental da construção da identidade piauiense e brasileira.

Portanto, para melhor compreensão do que fora abordado neste estudo, exploraremos os objetivos propostos, a fim de esclarecer a problemática desta pesquisa e apontar possíveis proposições para o equipamento investigado. Com este propósito, começaremos com o objetivo geral, que sugeriu:

Analisar as condições de conservação e gestão documental do Arquivo Público do Piauí e seus impactos junto às pesquisas históricas e à preservação da memória coletiva do Estado.

A análise das condições de conservação e gestão documental do arquivo evidenciaram uma infraestrutura inadequada, falta de autonomia administrativa e financeira, ausência de políticas arquivísticas estruturadas no recebimento e tratamento do documento para digitalização e guarda posterior e déficit de profissionais qualificados.

Esses obstáculos impedem que o Arquivo Público do Piauí realize todo o seu potencial como equipamento cultural e como fonte de memória coletiva, inviabilizando o avanço na produção do conhecimento através das pesquisas. A memória social do estado corre o risco de não existir mais, devido a deterioração de documentos que estão aguardando serem restaurados. Se não há fonte para pesquisa, logo, não existirá pesquisas históricas.

Nas disposições dos objetivos específicos, destacam-se:

a) Descrever as condições atuais do Arquivo Público, desde os aspectos ambientais, de conservação e preservação, de armazenamento, de risco, técnico, humano, legal e de gestão;

Conforme foi destacado no desenvolvimento da pesquisa, o acervo da Casa Anísio Brito corre risco iminente, devido estar exposto a condições insalubres, que está diminuindo o ciclo de vida dos documentos históricos. A falta de autonomia na gestão documental no arquivo gera morosidade nas atividades rotineiras e planejamentos estratégicos de médio e longo prazo, exatamente por depender de investimentos da Secretaria de Governo do Estado (SEGOV). Essa condição impede investimentos necessários para modernização, como a aquisição de equipamentos especializados para conservação e preservação, ou a implementação de tecnologias que garantam a acessibilidade e democratização do acervo. Outro ponto a mencionar, e a ausência de profissionais na área arquivística que afeta não apenas

a qualidade das intervenções realizadas, mas também sobrecarrega os poucos funcionários disponíveis, gerando risco de erros e atrasos nas demandas.

b) Analisar a perspectiva de historiadores em relação às possibilidades de investigação histórica e suas implicações junto ao acervo, ao ambiente e ao atendimento qualificado oferecidos pelo Arquivo Público;

O depoimento dos historiadores e pesquisadores revela um panorama que evidencia tanto avanços quanto desafios enfrentados pelo Arquivo Público do Piauí. Apesar da satisfação com o atendimento e as orientações no uso dos documentos, a totalidade dos entrevistados demonstrou insatisfação com a estrutura física do espaço e as condições de conservação dos acervos, aspectos que impactam diretamente na eficácia das pesquisas e na preservação do patrimônio histórico.

Os resultados obtidos mostram que a digitalização surge como uma solução essencial, apontada pelos participantes como um caminho viável para a conservação e o acesso facilitado aos documentos históricos, muitos dos quais estão deteriorados e não mais disponíveis para manuseio. Mas a infraestrutura do prédio, tem afetado de maneira significativa, as pesquisas, devido ao estado das salas de estudo/pesquisa, como os documentos disponíveis para uso nas pesquisas, cuja fonte principal está comprometida em sua condição de conservação. Isso corrobora com a carência de um laboratório de restauração/conservação que o arquivo necessita.

c) Discutir como a perda e a deterioração de documentos e objetos históricos criam lacunas na construção de narrativas sobre eventos e períodos históricos;

A desvalorização dos arquivos públicos gera um vazio nas nossas memórias. Somos surpreendidos diariamente pela necessidade de apresentar um documento que comprove nosso nascimento, nossa origem e nossos caminhos percorridos. Segundo Artières (1998), o documento nos tira da inexistência, não seria diferente quando se trata da história da sociedade que engloba a história de um povo. A perda ou deterioração dessas fontes primárias pode gerar uma fragmentação da memória histórica, resultando em uma memória coletiva incompleta ou distorcida. São lacunas que dificultam interpretações essenciais sobre eventos de valor cultural e educacional significativo, dessa forma, coibindo as pessoas de conectarem-se com

suas raízes, compreenderem a evolução de sua sociedade e identificarem-se com a história de sua região.

d) Apresentar proposta para a preservação, conservação e gestão de arquivos como parâmetros para a valorização e revitalização do arquivo público do Estado;

A preservação e a gestão adequada de documentos são fundamentais para a pesquisa histórica. É crucial investir em políticas que promovam a organização, digitalização, conservação e acessibilidade dos arquivos públicos. Isso garante que as futuras gerações tenham a chance de acessar, interpretar e aprender com o que já aconteceu.

Deste modo, a melhor sugestão seria a elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) é uma ferramenta que lida com volumes significativos de documentos, usada em diversas organizações para garantir que tudo funcione de maneira padronizada, eficiente e com qualidade.

Basicamente, é um documento técnico que detalharia, passo a passo, como realizar tarefas específicas, garantindo que tudo seja feito da mesma forma, não importa quem esteja encarregado. A implementação do POP no Arquivo Público do Piauí, seria crucial para organizar e preservar o acervo, principalmente nas etapas de separação para digitalização e guarda permanente dos documentos scaneados. Ele ajudaria a garantir que as normas arquivísticas sejam seguidas corretamente, que os documentos sejam acessíveis e que o patrimônio documental esteja protegido.

Além disso, o POP facilitaria o treinamento de novos colaboradores assegurando que as operações continuem fluindo, isso seria uma vantagem para o arquivo público do Piauí, visto que os servidores já conhecem as normas arquivísticas, seria mais fácil aplicá-las de forma padronizada. Com o POP, todos os procedimentos que envolvem o ciclo de vida dos documentos — como classificação, catalogação, conservação e eliminação — seriam formalizados. Isso permitiria que o arquivo público funcionasse de maneira transparente e eficiente, sempre em conformidade com as legislações e políticas arquivísticas que estão em vigor.

Diante do exposto, é necessário um esforço coletivo e estratégico que reconheça a importância dos arquivos não como meros depósitos de papéis ultrapassados, mas como guardiões da memória social de um estado e de uma nação. Essa luta requer a valorização dos acervos históricos como bens

indispensáveis para a preservação da identidade cultural e para a produção de conhecimento. Portanto, o cenário apresentado pela pesquisa reforça a urgência de ações concretas e uma pressão popular para que o poder público priorize investimentos no setor, que assegurem a integridade e a acessibilidade do acervo histórico do Piauí.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Servidores do Arquivo Nacional apontam dano estrutural e dizem que documentos se perderam na chuva; direção nega**. Portal G1. Rio de Janeiro, 15/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/02/15/servidores-do-arquivo-nacional-apontam-problemas-estruturais-e-dizem-que-documentos-foram-danificados-por-chuvas-direcao-nega.ghml>. Acesso em: 01 de out. de 2024.

ANDRADE, M. **Acervo do Arquivo Público do Piauí passa por digitalização**. Disponível em: <https://antigo.pi.gov.br/noticias/acervo-do-arquivo-publico-do-piaui-passa-por-digitalizacao/#:~:text=O%20pr%C3%A9dio%20passou%20por%20melhorias,sejam%20preservados%20para%20a%20posteridade>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Publicações Técnicas, nº 51. Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Arquivo público**. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php>. Acesso em: 04 out. 2024.
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Guia do Arquivo Público do Estado do Piauí**. Teresina: FUNDAC, 2008.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Brasília, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008**. Dispõe sobre diretrizes para a gestão de documentos públicos.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-doconarq/resolucao-no-27-de-16-de-junho-de-2008>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009**. Aprova a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 fev. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Presidência da República**, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 jan, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm / Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu Villa-Lobos**. Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2006. 112 p.

CABRAL, A. M. R. Tecnologia digital em bibliotecas e arquivos. **Transformação, Campinas**, v. 14, n.2, 2002.

CAMARGO, A. M. A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo de Rio Claro**. Rio Claro, n.1, 2003.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. 28p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed, São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Pesquisa Documental**. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174-183.

NOGUEIRA, M. **A utilização das tecnologias da informação e comunicação na concretização e desenvolvimento de projetos de difusão do patrimônio documental: as exposições**. In: 2º FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 2006. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/3190/1/foro_mexico_mnogueira2006.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Maria Luíza X. de A. Barbosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 228 p.

PINSKY, C. B. LUCA, T. R. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. v, 20, Brasiliense, Série Grande Formato, São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SILVA, E.L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SOUSA, R. T. B. **Arquivos ativos e massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: busca de novas soluções para velhos problemas**. 1995. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, 1995. 188 f. Distrito Federal, 1995.

TORRES, Livia; RODRIGUES, Matheus; TOLEDO, Nathalia; ABREU, Ricardo; TELES, Lilia. **Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista**. G1, GloboNews e TV Globo, 02 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Há quanto tempo você desenvolve sua função aqui no arquivo público?
2. Como você interpreta a relação sociedade piauiense e o arquivo piauiense?
3. O arquivo público está subordinado a qual pasta do Governo Estadual?
4. Como funciona a questão do recurso financeiro destinados ao Arquivo Público?
5. Há alguma política de qualificação, treinamento ou aperfeiçoamento destinados ao Arquivo Público?
6. Quais os principais desafios na Casa Anísio Brito?
7. Diante de sua vivência, quais seriam as necessidades emergenciais do Arquivo Público?
8. Por que não existe no quadro funcional do arquivo o profissional arquivista?
9. Existe um processo formal (POP (procedimento operacional padrão)) para a gestão de documentos, desde sua criação até sua eliminação ou arquivamento permanente?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO

1. O arquivo público do Piauí proporciona acesso a documentos e fontes relevantes para suas pesquisas?
2. Os documentos são armazenados de maneira organizada, que facilite a recuperação dos mesmo para pesquisa?
3. O acervo do arquivo público inclui documentos raros ou difíceis de encontrar em outras instituições?
4. Os documentos disponíveis para pesquisa estão bem conservados, fácil de manusear?
5. O acervo está disponível em formatos que facilitam o uso para pesquisas? (ex.: digitalização de documentos, microfilmes etc.)
6. O estado de conservação do acervo impacta negativamente suas pesquisas?
7. O espaço de pesquisa é adequado e confortável para acomodar os pesquisadores? (ex.: mesas de leitura, iluminação adequada, computadores, *wifi* etc.)
8. Você acha que a digitalização de documentos históricos impacta sua pesquisa? por quê?
9. Os funcionários do arquivo orientam e oferecem apoio técnico ao acervo durante a pesquisa?
10. O horário de funcionamento do arquivo é adequado para a realização de pesquisas?
11. Você acredita que os arquivos públicos têm um papel na construção da memória coletiva de uma sociedade? De que forma?
12. Há algo que você acredita que poderia ser melhorado no arquivo público do Piauí que facilitaria suas pesquisas?

ANEXOS

ANEXO A-TERMO DE CONSENTIMENTO


CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do/da participante da pesquisa

Adenilson Martins de Sousa
Assinatura da pesquisadora responsável

Data: 09 / 12 / 2024


 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
 BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa **políticas de preservação e gestão documental no arquivo público e seus efeitos na pesquisa histórica**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Adenilson Martins de Sousa**, a qual pretende **analisar as condições de conservação e gestão documental do Arquivo Público do Piauí e seus impactos junto às pesquisas históricas e a preservação da memória coletiva do estado do Piauí**. Sua participação é voluntária e se dará por meio de **entrevista**, que vai **explorar as percepções do participante sobre práticas de preservação, gestão documental e transcrição, que serão registradas e transcritas com consentimento para análise qualitativa posterior**. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem ser: **constituinte, ansiedade, estresse ou mesmo sentimento de responsabilidade**. Caso uma dessas vivências ocorra poderemos recomendar ou interromper a coleta de dados. Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão **contribuir para a elaboração de projetos dentro do arquivo público, enfatizando a educação para preservação, medidas preventivas de conservação e alocação efetiva de recursos para garantir o gerenciamento sustentável das coleções históricas, e consequentemente, melhorando a qualidade dos documentos para uso de pesquisadores e a sociedade em geral, enriquecendo a produção do conhecimento**. Como também **apontar sugestões para a gestão eficiente deste equipamento de memória de modo a possibilitar uma melhor qualidade no acesso às fontes disponíveis, contribuindo diretamente na fluidez das pesquisas e dos estudos ali empreendidos, trazendo uma valorização desses acervos como recursos essenciais para o conhecimento histórico**. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Garantimos o total anonimato de sua participação nesta pesquisa, assim como uso devido e responsável dos dados coletados, não havendo com isso, nenhum risco de exposição e/ou impacto na sua vida pessoal. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte e-mail: adenilsonasousa@aluno.uespi.br, ou via celular (86) 9 8121-4286, ou poderá entrar em contato com a orientadora desta pesquisa, professora **Andreina Alves de Sousa Virginio**, pelo e-mail: andreinaavirginio@ccsa.uespi.br ou via celular (86) 99989-3108. Ou mesmo com a Coordenação do curso de Biblioteconomia da UESPI, e-mail: geord.biblioteconomia@ccsa.uespi.br.